

II. A determinação das necessidades de formação profissional*

Paulo Novaes**

1. *Introdução;*
2. *É possível o planeamento da formação profissional?*
3. *O cálculo baseado em critérios subjetivos;*
4. *Como escolher um modelo;*
5. *Métodos e sistemas;*
6. *Conclusão*

1. Introdução

O planeamento da formação profissional pode ter significados muito distintos conforme o âmbito e o período que se pretende abranger. Decidir que é necessário contratar dois carpinteiros para a obra que se está fazendo é muito diferente de decidir que se deva construir uma escola de construção civil ou que se deva incluir a carpintaria como matéria de ensino obrigatório nas escolas do 2º grau.

O problema, tratado a nível de empresa, e para períodos curtos é bastante simples. A nível de comunidade, e para períodos longos é muito complicado. Nesse caso, tal como é freqüentemente concebido, pode conter pressupostos falsos, tais como:

- supor que, do ponto de vista da formação para o trabalho, basta considerar as necessidades das organizações existentes na comunidade;
- imaginar o futuro como sendo uma projeção do presente, e não como uma escolha entre muitas alternativas possíveis.

O problema da determinação do que convém fazer para atender às necessidades das organizações existe, é certo, mas a sua solução não é válida para o planeamento da formação profissional a nível de comunidade. As necessidades da comunidade não são a soma das necessidades das organizações.

* Comunicação apresentada ao Grupo de Estudos sobre Educação e Trabalho na América Latina, no âmbito do Encontro Anual da Sociedade Brasileira de Educação Comparada, Seção Sudeste, 1984.

** Diretor do Instituto de Administração e Gerência da PUC-RJ.

Usamos, nessa exposição, a palavra organização para designar entidades empregadoras, quer sejam empresas privadas ou públicas ou órgãos governamentais. O exército, ou o sistema escolar, por exemplo, são organizações empregadoras, embora não sejam empresas. A característica principal das organizações é que elas pagam pessoas para que trabalhem de acordo com suas determinações, subordinando seus interesses particulares aos interesses e objetivos da entidade empregadora. As formas distintas de trabalho seriam o trabalho autônomo e a associação.

A nível de organização, o que se busca é a eficiente realização de objetivos particulares, individuais ou organizacionais. A nível de comunidade o que se busca é a participação adequada de todos, através do trabalho, no progresso e no bem-estar social. O problema é conseguir essa participação, de maneira eficiente, em face de uma contínua alteração na composição dos recursos disponíveis, nas aspirações individuais e coletivas, e nas tecnologias disponíveis.

Quanto ao segundo erro apontado, é uma grande ilusão supor que a estrutura social compreende um conjunto de ocupações que se podem definir precisamente. É certo que as ocupações diferem de lugar para lugar, e mudam com o correr do tempo, e essa diferenciação pode ter causas muito diversas. Algumas vezes, a introdução de novas tecnologias pode ser a causa, mas mesmo nesse caso a explicação é insuficiente, porque não fica claro porque são introduzidas ou abandonadas as diferentes tecnologias. Na verdade, as ocupações são criadas, inventadas, na medida em que podem ser úteis em determinadas circunstâncias, e não constituem um conjunto fixo, como se fossem parte da natureza.

2. É possível o planejamento da formação profissional?

O fato de futuro não ser desvendável por uma projeção do passado não quer dizer que o planejamento seja impossível. Pelo contrário, ele sempre existe, no sentido de que o futuro é o resultado de uma escolha. Apenas, essa escolha não é o resultado de uma manipulação de dados. Os cálculos podem ser muito úteis para exame de viabilidade de projetos, mas o planejamento, propriamente dito, é o resultado de imaginação, de visão do que deva ser o futuro.

Voltando ao nosso problema inicial, o planejamento da formação profissional, podemos supor que, a nível de comunidade, o correto seria considerar as aspirações, individuais e coletivas, os recursos disponíveis, as tecnologias utilizáveis, para chegar a diretrizes que levem ao equilíbrio e ao progresso da sociedade.

O que se busca é o equilíbrio entre recursos e aspirações, mas esse equilíbrio não é mensurável, objetivamente. É uma sensação subjetiva, diferente para diferentes observadores. Isso não leva a uma limitação do planejamento. Ele só é satisfatório, a nível de comunidade, se a comunidade tiver um mínimo de homogeneidade cultural. Sem isso, não haverá critérios aceitáveis. O planejamento se torna impositivo, e a comunidade deixa de sê-lo, passando à situação de organização.

3. O cálculo baseado em critérios subjetivos

Uma vez que se tenham os critérios do que se considera melhor para a comunidade é possível fazer cálculos para comparar a conveniência de diferentes soluções. Essas comparações não são cálculos puramente econômicos, no sentido de comparar preços de mercado, mesmo porque muitos dos itens considerados simplesmente não têm preços de mercado, ou quando têm, os preços não constituem critério decisivo. Não se vai, por exemplo, considerar se ficaria mais barato captar escravos nalguma terra estranha em vez de contratar trabalhadores locais, nem qual a religião em que as despesas do culto são menores, ou se seria conveniente, como foi proposto por Swift, no século XVIII, vender as criancinhas consideradas excedente populacional como carne de qualidade excepcional, para consumo das famílias mais abastadas.

A metodologia tradicionalmente aplicada no planejamento está, porém, baseada nos cálculos econômicos de uso corrente. Esses cálculos só levam em consideração as transações do mercado, o que se negocia com base num preço em dinheiro, e só aceitam como resultado a riqueza transacional. O uso desse sistema para cálculos de planejamento se deve, entre outros motivos, ao fato de que dá muito bom resultado para controlar as variações dos patrimônios privados. Por extensão, a comunidade foi considerada como uma soma de patrimônios, e a riqueza como um quociente, resultado da divisão da soma dos patrimônios pela soma de habitantes. O objetivo do planejamento é, tradicionalmente, aumentar esse quociente o mais depressa possível.

Para se conseguir isso, muitos caminhos foram propostos e, em certa época, tornou-se moda atribuir a fatores como educação e saúde uma influência muito grande. Procurou-se levá-los em conta nos cálculos econômicos, mas isso se revelou impossível, pois esses cálculos se limitavam a considerar bens negociáveis no mercado e medidos por seus preços. Podia-se tentar alguma adaptação, mas esbarrava-se sempre em dois obstáculos: a computação em valores exclusivamente pecuniários e o objetivo único de maximização da riqueza transacionável. No entanto,

desde que se aceitem critérios subjetivos de otimização, e se façam cálculos pelos valores reais dos fatores econômicos, é possível planejar a formação profissional de maneira válida, a nível de comunidade.

Um critério subjetivo de otimização significa um critério em que há uma escolha deliberada, independente de vantagens econômicas medidas pelos preços de mercado. Na realidade, se analisarmos bem a questão, não há critérios puramente objetivos, no sentido de serem independentes de uma apreciação ética ou estética, mas é de uso corrente considerar critérios baseados nos preços de mercado como objetivos.

A decisão de construir uma grande catedral, ou um monumento funerário, por exemplo, seria considerada uma decisão baseada em critérios subjetivos. Por outro lado, poderia ser uma decisão objetiva fazer com que as pessoas trabalhassem noite e dia na mineração de diamantes, ou de carvão.

É claro que sempre haverá uma limitação de ordem moral no estabelecimento de critérios. Pode-se obrigar a trabalhar até a morte? Pode-se impor condições de trabalho em que haja perda de dignidade, destruição psicológica? Essas limitações fazem com que seja impossível um critério puramente objetivo.

Quanto aos valores reais dos fatores econômicos, o que se quer dizer com isso é que as coisas, ou serviços, serão considerados pelo seu efeito físico, concreto. Assim, em vez de dizer que tantos cruzeiros de pão contêm uma percentagem de mão-de-obra e outra de matéria-prima, tudo expresso em valores monetários, dir-se-á que um quilo de pão leva tantas horas, ou minutos, para ser feito, e contém tantas gramas de farinha, de gordura, etc. Para os economistas, pode-se substituir uma coisa por outra, desde que o preço seja o mesmo, mas, na prática, isso não tem sentido. Não se pode, realmente, substituir farinha por gordura, ou por mão-de-obra.

Usando critérios subjetivos e valores reais dos fatores econômicos, é possível analisar diferentes hipóteses para o futuro, e isso se faz dentro de esquemas ou fórmulas simplificadas, os modelos.

4. Como escolher um modelo

A palavra modelo se emprega, hoje, para expressar a esquematização simplificada de um processo qualquer. Nesse caso, não se trata de um paradigma, um padrão, que se tenta alcançar. Quando se fala de modelo econômico o que se tem em vista

é apenas explicitar as relações que existem entre os diversos elementos que compõem uma economia, e isso é feito, geralmente, por meio de expressões matemáticas. A utilidade dos modelos está em que permitem avaliar o que ocorre quando se alteram os seus elementos, ou se modificam as relações que os ligam.

Um modelo é tanto mais simples quanto mais simples sejam as relações e menor o número de elementos considerados. Um modelo muito simples é fácil de ser compreendido e usado, mas, provavelmente, será uma representação sumamente precária da realidade e pouco útil, porque sua capacidade de avaliar o resultado de possíveis alterações será muito imperfeita.

A imperfeição ou imprecisão dos resultados obtidos pelo uso do modelo se manifesta em dois sentidos. O primeiro está relacionado com a sensibilidade; isto é, o modelo pode não dar respostas válidas quando as alterações são muito pequenas. O segundo sentido diz respeito à fidelidade; isto é, as respostas se tornam mais imprecisas à medida que o intervalo de tempo considerado é maior. É como se usássemos uma régua flexível para prolongar uma linha reta.

Um modelo mais sensível e mais fiel será, naturalmente, mais complicado. Resta saber até que ponto convém aumentar a precisão, levando em conta que o custo também aumenta, e mais que proporcionalmente. Por isso, nem sempre a uma maior precisão corresponde uma maior utilidade.

No caso de uma comunidade relativamente pequena e simples, torna-se perfeitamente possível planejar sem ter nenhum modelo. A moda, porém, faz com que mesmo para as coisas mais simples se adote um ritual que dê a impressão de que forças superiores estão por trás dos resultados apresentados. Nesse caso, pode a embalagem custar mais caro que o conteúdo, e a dificuldade operacional levar a atrasos e enganos.

5. Métodos e sistemas

Método e sistema são palavras mágicas e muita gente supõe que a sua simples evocação seja suficiente para resolver a maioria dos problemas de ordem material, e até mesmo de ordem social. Sistema, organização, método, planejamento e modelo fazem parte de um vocabulário que assume ares muito sérios, mas que em geral, apenas esconde o conhecimento insuficiente daquilo que se procura resolver.

Na realidade, o planejamento da formação profissional só tem sentido em âmbito local, e é tanto mais perfeito quanto melhor se pode compreender o problema de

maneira global. À medida que se amplia o âmbito do planejamento torna-se mais e mais difícil configurar os elementos que devem ser levados em conta, e é aí que entram os métodos e sistemas.

Uma completa ausência de métodos e sistemas não tem sentido. A vida em sociedade exige certas uniformidades na maneira de ver e julgar coisas e comportamentos, mas isso deve-se manter dentro dos limites do que é realmente necessário. Um excesso de ordem pode ser tão pernicioso quanto a desordem.

Imaginar que a formação profissional pode ser aperfeiçoada submetendo-a a uma sistematização rigorosa é uma ilusão. Essa ilusão se agrava se, em vez de ser, apenas, uma maneira de agir, o sistema pretende se tornar uma organização controladora.

6. Conclusão

As tentativas de aplicar ao planejamento da formação profissional métodos e conceitos de economia tradicional, que lida com preços, e não com fatores reais, não se revelaram úteis. A não ser para fins puramente orçamentários, uma vez estabelecidos os critérios do plano.

É verdade que se continua a fazer cálculos de demanda e oferta de mão-de-obra, e, embora eles possam dar alguma indicação eventualmente útil, pouco contribuem para a solução dos grandes problemas, a nível de comunidade.

O caminho mais atraente é o da simplificação, a consideração dos problemas de formação profissional em âmbito restrito, na pequena comunidade. Aí as coisas se passariam com mais eficiência, porque seria fácil ver o problema concreta e globalmente. É mais uma das vantagens da pequena escala.

Numa escala maior torna-se necessário um processo de cálculo, de avaliação, de síntese, e isso exige uma metodologia, um algoritmo. É possível, usando um cálculo econômico com fatores reais. Um exemplo muito simplificado pode ser encontrado em algumas publicações mimeografadas do Departamento Nacional do SENAI; em, pelo menos, uma publicação do CINTERFOR (*Metodología para el estudio de las relaciones entre empleo, formación profesional y tecnología*. Documento de Referencia del Seminario 135. Montevideo, 1978) e como apêndice do livro *Planejamento e recursos humanos*, (Rio de Janeiro, Renes, 1973).